

# CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG

## CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 1/2023



## Analista de Licitação

**Manhã**

**Tipo 1 - BRANCA**

Organizadora:



**INSTITUTO**  
CONSULPLAN

**CARGO: ANALISTA DE LICITAÇÃO**

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**Dia 18 de maio: ainda estampamos nossas caras com uma insana alegria**

*A Luta Antimanicomial é fruto de um processo histórico chamado “Reforma Psiquiátrica”.*

Burburinho. Cartazes prontos. Quem carrega as faixas? Todos já chegaram? O lanche está pronto para o momento da fome. Maria leva o megafone e Paulo carrega as folhinhas com palavras sobre liberdade para distribuir para quem for encontrando no caminho. Cláudia chamou a filha para participar neste dia. E Rogério que não se abre muito nos espaços terapêuticos, hoje divide sorrisos com quem encontra. A música já está tocando e todos vão saindo rua afora.

Esta poderia ser uma cena comum para o dia 18 de maio, dia da Luta Antimanicomial. Talvez a maioria da população nunca tenha ouvido e muito menos dito essa palavra um tanto difícil de pronunciar. Mas, para nós que estamos próximos ao campo e aos serviços direcionados ao cuidado em saúde mental, o dia 18 de maio é um dia caro. Dia de estar na rua. Dia de vestir as esquinas com diferentes cores.

Dia de mover os cartazes escritos pelos trabalhadores, familiares ou usuários dos serviços de saúde mental da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Sistema Único de Saúde (SUS). Nas palavras escritas, alguns jargões tradicionais como “de perto ninguém é normal”, “tratar sim, excluir jamais”, “nenhum passo atrás, manicômio nunca mais”. Se pudéssemos, estaríamos agora vivenciando o ar de luta e alegria desta data.

Talvez o significado do dia 18 de maio se estenda ao seu ápice neste lugar: a rua. É justamente sobre conviver na cidade, nas suas infinitas diferenças, que a luta antimanicomial grita. Mas o que é, afinal, isso que propõem?

Falamos do caminho de mudança de concepção e cuidado em saúde mental. Se, por muito tempo, a atenção ao sofrimento psíquico se deu com a centralidade no manicômio, a luta antimanicomial defende que o cuidado deve ser em liberdade, nos espaços onde vive a população, em conjunto com suas famílias, entendendo a cidadania e o acesso aos direitos como fundamentais na produção de saúde de qualquer pessoa.

**Violação de direitos humanos**

Nos antigos manicômios, ou ainda em muitos hospitais psiquiátricos atuais, como podemos ver na inspeção nacional de hospitais psiquiátricos do Brasil, realizada pelo Conselho Federal de Psicologia no ano de 2018, se fazem presentes marcas das condições de tratamento outrora hegemônico neste campo: situações de violação de direitos humanos, exclusão do convívio social, locais de péssima higiene, exploração de mão de obra dos internos, falta de espaços terapêuticos, entre outros.

A Luta Antimanicomial é fruto de um processo histórico chamado “Reforma Psiquiátrica”, processo complexo, que não se acaba e que segue em construção. A Reforma Psiquiátrica é um processo de mudança na concepção do saber sobre o que é a “loucura” ou o sofrimento psíquico.

**Tratamento redirecionado**

Assim, ela faz um giro na percepção do cuidado, saindo da centralidade do tratamento sobre uma doença (ou um código classificatório) para centrar sobre o sujeito que sofre e suas relações. Desta forma, o cuidado é singular, sem possibilidade de ser generalizado através apenas de uma ou outra medicação ou internação perpétua.

No Brasil, a reforma se manifesta principalmente através da Lei nº 10.216, do ano de 2001, que sanciona os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo de tratamento.

Desde então, construímos dentro do SUS um aparato que se propõe a fazer um trabalho de âmbito comunitário, com participação popular, garantia de direitos e o respeito à autonomia dos sujeitos.

Neste aparato estão os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), o cuidado nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), espaços coletivos de geração de renda, Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), hospitais gerais, centros de convivência, entre outros.

**Pioneirismo**

O Brasil, de certa forma, foi pioneiro nestas movimentações institucionais, se compararmos com nossos países vizinhos, que seguem ainda na batalha para tirar a centralidade do manicômio.

Uma história de respeito e de perseverança que continua nos fazendo questionar diariamente o que é cuidar num país com uma desigualdade social abissal, que carrega suas marcas coloniais, recordista no assassinato de pessoas LGBTQI+ e na violência contra mulheres, e que extermina sua população negra e indígena. Como criar saúde neste contexto?

Temos vivenciado retrocessos no campo da saúde, de forma geral, e da saúde mental, de forma particular, que podem ser percebidos através da diminuição crescente de recursos destinados aos serviços substitutivos ao manicômio, como os CAPS, do incentivo às comunidades terapêuticas – espaços tão controversos – e o consequente desinvestimento na Política de Redução de Danos, do avanço da cultura neoliberal de medicalização da vida incentivada pela indústria farmacêutica, dentre muitos outros exemplos de desmonte do SUS.

Sabemos que o processo de Luta Antimanicomial não é algo que se acaba. Começou e continua no corpo das pessoas. No corpo dos trabalhadores do SUS. Nos corpos e vidas que seguem resistindo e apresentando a diversidade das formas de ser e estar no mundo.

**Valor da liberdade**

Por isso o 18 de maio nos é tão caro. Gostamos de estar nas ruas com cores e canções, gritando pelo valor da liberdade. Neste ano, que não poderemos estar nas ruas amontoados, estaremos fazendo o que temos feito diariamente: inventado condições de resistir!

E a Luta Antimanicomial demonstra que a invenção deve ser através do encontro das diferenças, das mais lindas e singulares formas de lutar, amar, ser e viver. Se quiser inventar outra realidade é ser louco, faremos da nossa loucura nossa força para a luta!

*(Roger Meneghetti, Luna Trott, Karoline Germano, Luisa Susin, Mariana Koetz, Wesley Carvalho, Marlize Gelatti e Nina Becker. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/18/artigo-dia-18-de-maio-ainda-estampamos-nossas-caras-com-uma-insana-alegria>. Acesso em: 14/07/2023. Adaptado.)*

**Questão 01**

O Dia Nacional da Luta Antimanicomial, comemorado em 18 de maio, é fortemente relacionado à Reforma Psiquiátrica. Com base no texto, assinale a afirmativa que contradiz as informações sobre a Luta Antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica.

- A) O Brasil, se comparado com os países vizinhos, não teve pioneirismo nas movimentações institucionais da Luta Antimanicomial.
- B) A Luta Antimanicomial defende que o cuidado à saúde mental deve acontecer em liberdade, valorizando a cidadania e o acesso aos direitos como fundamentais na produção de saúde.
- C) A Reforma Psiquiátrica no Brasil é expressa, principalmente, através da Lei nº 10.216, do ano de 2001, que sanciona os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo de tratamento.
- D) A Reforma Psiquiátrica propõe uma mudança de concepção sobre o que é a “loucura” ou o sofrimento psíquico, centralizando o cuidado no sujeito que sofre e em suas relações, e não mais em uma doença ou um código classificatório.

**Questão 02**

Considerando que o texto descreve detalhadamente o contexto e as instruções da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica, qual das seguintes afirmações é correta em relação a tais movimentos?

- A) O Brasil não teve nenhuma participação importante nas movimentações institucionais relativas à Luta Antimanicomial.
- B) A Reforma Psiquiátrica tem como objetivo principal eliminar completamente os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).
- C) A Luta Antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica defendem a centralização do cuidado em saúde mental exclusivamente nos manicômios.
- D) A Luta Antimanicomial é resultado de um processo histórico chamado “Reforma Psiquiátrica”, um processo contínuo que propõe uma mudança de concepção sobre o que é a “loucura” ou o sofrimento psíquico.

**Questão 03**

No texto apresentado, há diversas instâncias de uso de linguagem denotativa e conotativa para discutir o tema da Luta Antimanicomial. Assinale a alternativa que ilustra corretamente uma utilização de linguagem conotativa.

- A) “A Luta Antimanicomial é fruto de um processo histórico chamado ‘Reforma Psiquiátrica’ [...]” (7º§)
- B) “Se querer inventar outra realidade é ser louco, faremos da nossa loucura nossa força para a luta!” (17º§)
- C) “O Brasil, de certa forma, foi pioneiro nestas movimentações institucionais, se comparamos com nossos países vizinhos, [...]” (12º§)
- D) “Nos antigos manicômios, ou ainda em muitos hospitais psiquiátricos atuais, como podemos ver na certificação nacional de hospitais psiquiátricos do Brasil, realizada pelo Conselho Federal de Psicologia no ano de 2018, [...]” (6º§)

**Questão 04**

Considerando a tipologia textual como o conjunto de características e estruturas que identificam um texto, assinale a alternativa que descreve corretamente a tipologia predominante no texto apresentado.

- A) Narração: evidenciada no trecho que detalha a Lei nº 10.216 do ano de 2001.
- B) Injunção: presente no trecho que discute a centralidade do manicômio no tratamento de problemas de saúde mental.
- C) Descrição: exemplificada no trecho sobre a homologação nacional de hospitais psiquiátricos realizada pelo Conselho Federal de Psicologia em 2018.
- D) Dissertação: predominante nos trechos que expõem e argumentam sobre a importância e o significado da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica.

**Questão 05**

No texto, os autores usam várias palavras e frases para expressar os conceitos e ações relacionadas à Luta Antimanicomial e à Reforma Psiquiátrica. No que se refere à significação das palavras, a afirmativa que descreve corretamente o significado de uma palavra ou frase no contexto é:

- A) Manicômio: hospital.
- B) Invenção: indica a criação de objetos ou dispositivos novos.
- C) Burburinho: descreve um barulho alto e perturbador durante uma manifestação.
- D) Reforma Psiquiátrica: refere-se à mudança na abordagem do tratamento de doentes mentais, movendo-se do foco no manicômio para o cuidado em liberdade.

**Questão 06**

Levando em consideração que o texto apresentado utiliza uma variedade de palavras pertencentes a diferentes classes gramaticais para expressar seus pontos de vista sobre a Luta Antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica, assinale a alternativa que identifica corretamente a classe gramatical de palavra empregada no texto:

- A) Luta: verbo, no trecho “Dia de Luta Antimanicomial [...]”.
- B) Inventado: adjetivo, no trecho “[...] inventado condições de resistir!”.
- C) Respeito: advérbio, no trecho “Uma história de respeito e de perseverança [...]”.
- D) Retrocessos: substantivo, no trecho “Temos vivenciado retrocessos no campo da saúde [...]”.

**Questão 07**

No trecho “Sabemos que o processo de Luta Antimanicomial não é algo que se acaba. Começou e continua no corpo das pessoas.” (15º§), a palavra “corpo” foi utilizada para se reportar

- A) ao local onde ocorre uma determinada atividade.
- B) à estrutura física dos indivíduos, referindo-se ao biológico.
- C) ao conjunto de indivíduos que compõem um grupo ou entidade.
- D) à totalidade dos seres humanos, incluindo aspectos físicos, emocionais e sociais.

**Questão 08**

Considerando a sintaxe da oração e do período, assinale a afirmativa que identifica corretamente a estrutura sintática da frase em destaque.

- A) “Maria leva o megafone e Paulo carrega as folhinhas com palavras sobre liberdade [...]” (1º§) – oração subordinada adverbial causal.
- B) “Se quiser inventar outra realidade é ser louco, faremos da nossa loucura nossa força para a luta!” (17º§) – período composto por subordinação.
- C) “Nos corpos e vidas que seguem resistindo e apresentando a diversidade das formas de ser e estar no mundo”. (15º§) – oração subordinada adjetiva restritiva.
- D) “Uma história de respeito e de perseverança que continua nos fazendo questionar diariamente o que é cuidar num país com uma desigualdade social abissal, [...]” (13º§) – período composto por coordenação.

**Questão 09**

Em relação às regras de concordância verbal, analise os trechos a seguir e os verbos destacados.

- I. “A música já está tocando e todos vão saindo rua afora.” (1º§).
- II. “Quem carrega as faixas?” (1º§).
- III. “Talvez a maioria da população nunca tenha ouvido [...]” (2º§).
- IV. “Nos antigos manicômios, ou ainda em muitos hospitais psiquiátricos atuais, como podemos ver na certificação nacional de hospitais psiquiátricos do Brasil, realizados pelo Conselho Federal de Psicologia no ano de 2018, se fazem presentes marcas das condições de tratamento outrora hegemônico neste campo: [...]” (6º§).

A concordância verbal está correta em

- A) I, II, III e IV.
- B) II e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.

**Questão 10**

Os elementos de coesão são ferramentas linguísticas que permitem a conexão e a harmonia entre as partes de um texto. Em relação ao trecho “O Brasil, de certa forma, foi pioneiro nestas movimentações institucionais, se comparamos com nossos países vizinhos, que seguem ainda na batalha para tirar a centralidade do manicômio.” (12º§), analise as afirmativas a seguir.

- I. A expressão “de certa forma” pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, por “de algum modo”.
- II. O pronome relativo “que” é um elemento de coesão referencial, pois retoma a expressão “nossos países vizinhos”.
- III. “Se” exerce a função de conjunção condicional em “se comparamos com nossos países vizinhos”.
- IV. O termo “ainda” pode ser substituído, sem prejuízo de sentido, por “também”.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II e III.
- B) I, II e III.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.

**Questão 11**

Em “Se quiser inventar outra realidade é ser louco, faremos da nossa loucura nossa força para a luta!” (17º§), a figura de linguagem evidenciada é:

- A) Antítese.
- B) Metáfora.
- C) Hipérbole.
- D) Metonímia.

**Questão 12**

Em relação ao trecho “No Brasil, a reforma se manifesta principalmente através da Lei nº 10.216, do ano de 2001, que sanciona os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo de tratamento.” (9º§), analise as afirmativas a seguir sobre o uso das vírgulas.

- I. Em “No Brasil, a reforma se manifesta principalmente através da Lei nº 10.216”, a vírgula está isolando um adjunto adverbial.
- II. Em “através da Lei nº 10.216, do ano de 2001, que sanciona os direitos das pessoas com transtornos mentais”, a vírgula separa elementos da mesma função sintática em uma enumeração.
- III. Em “através da Lei nº 10.216, do ano de 2001, que sanciona os direitos das pessoas com transtornos mentais”, a vírgula isola o adjunto adverbial deslocado.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) III.
- C) I e II.
- D) I e III.

**NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Questão 13**

Considerando que a mais importante lei estruturante de um município é a sua Lei Orgânica, analise as afirmativas a seguir.

- I. É permitida a acumulação remunerada de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, se houver compatibilidade de horários.
- II. O município reservará vinte por cento de cargos, funções e empregos públicos para provimento com portador de deficiência e definirá os critérios de sua admissão, bem como de comprovação clínica de deficiência.
- III. O servidor público municipal e sua família serão inscritos no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), para o qual contribuirá o município.
- IV. O município apoiará e incentivará a criação de cooperativas para atender às necessidades de habitação, vestuário, alimentação e material escolar de seus servidores públicos.

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre, está correto o que se afirma apenas em

- A) I e IV.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) I, III e IV.

**Questão 14**

Nos termos do seu Regimento Interno, a Câmara Municipal de Pouso Alegre tem sua sede na Avenida São Francisco, nº 320, dispondo, ainda, sobre importantes institutos relativos ao Poder Legislativo do município. Nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pouso Alegre, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Mesa da Câmara compõe-se dos cargos de Presidente, 1º Vice-Presidente e 2º Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários com mandato de dois anos, não sendo permitida a recondução para o mesmo cargo, na eleição imediatamente subsequente, na mesma legislatura.
- II. As comissões da Câmara Municipal, que podem ser permanentes ou temporárias, são órgãos internos destinados a estudar, investigar e apresentar conclusões ou sugestões sobre as matérias submetidas à sua apreciação. Seu pronunciamento, sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo, dar-se-á através de parecer.
- III. No início de cada sessão legislativa ordinária, os partidos comunicarão à Mesa Diretora a escolha de seus líderes, isto é, dos Vereadores que falam autorizadamente em seu nome, sendo seu porta-voz oficial, em relação a todos os órgãos da Câmara Municipal, sendo o líder do governo indicado pelo Chefe do Poder Executivo.
- IV. Dar-se-á a extinção do mandato do Vereador, dentre outros motivos, por morte; pela renúncia por escrito; e, pela fixação de residência fora do município.

**Está correto o que se afirma apenas em**

- A) I e IV.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) II, III e IV.

**Questão 15**

A Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Nos termos da LGPD, analise as afirmativas a seguir.

- I. A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos, dentre outros, a autodeterminação informativa; o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação; bem como os direitos humanos; o livre desenvolvimento da personalidade; a dignidade; e, o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.
- II. Dado anonimizado é o dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento; enquanto dado pessoal sensível é a informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.
- III. As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os princípios do livre acesso, qualidade dos dados e prevenção, dentre outros.
- IV. A LGPD é aplicada também ao tratamento de dados pessoais realizados para fins, exclusivamente, jornalísticos e artísticos.

**Está correto o que se afirma apenas em**

- A) I e III.
- B) II e IV.
- C) III e IV.
- D) I, II e III.

**Questão 16**

As normas gerais de licitação e contratação são trazidas, atualmente, pela Lei nº 14.133/2021. Levando-se em conta o seu conteúdo, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) O processo licitatório tem por objetivo, dentre outros, incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.
- ( ) Superfaturamento é o dano provocado ao patrimônio da Administração, caracterizado, dentre outras situações, por deficiência na execução de obras e de serviços de engenharia que resulte em diminuição da sua qualidade, vida útil ou segurança.
- ( ) Notória especialização é a qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.
- ( ) Licitação internacional é aquela processada em território nacional na qual é admitida a participação de licitantes estrangeiros, com a possibilidade de cotação de preços em moeda estrangeira, ou licitação na qual o objeto contratual pode ou deve ser executado no todo ou em parte em território estrangeiro.

**Nos termos Lei de Licitações, a sequência está correta em**

- A) V, V, V, V.
- B) V, F, F, V.
- C) F, F, V, V.
- D) F, V, F, F.

**Questão 17**

O Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848/1940, dispõe sobre os crimes contra a Administração Pública. Analise os atos praticados, a seguir, por funcionários do município de Pouso Alegre:

- Tício patrocinou, diretamente, interesse privado perante a Administração Pública, valendo-se da qualidade de funcionário.
- Caio retardou, indevidamente, ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- Semprônio exigiu tributo que sabia indevido.
- Mévio apropriou-se de dinheiro de que tinha a posse em razão do cargo.

**Nos termos do Código Penal, os atos praticados por Tício, Caio, Semprônio e Mévio, compõem, respectivamente, os seguintes tipos penais:**

- A) Tráfico de influência; peculato; sonegação; e, corrupção passiva.
- B) Advocacia administrativa; prevaricação; excesso de exação; e, peculato.
- C) Tráfico de influência; prevaricação; excesso de exação; e, corrupção passiva.
- D) Advocacia administrativa; corrupção passiva; excesso de exação; e, prevaricação.

**Questão 18**

Princípios são espécies de normas jurídicas abstratas importantes para a hermenêutica e integração jurídica. No direito administrativo, tanto a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) quanto as normas infraconstitucionais dispõem deste tipo de normativo, tratados de modo explícito ou implícito, na legislação. São considerados princípios do direito administrativo trazidos explicitamente por nossa Constituição somente os indicados em:

- A) Legalidade; contraditório; e, ampla defesa.
- B) Legalidade; autotutela; e, proporcionalidade.
- C) Impessoalidade; contraditório; e, indisponibilidade do interesse público.
- D) Eficiência; legalidade; e, supremacia do interesse público sobre o privado.

**Questão 19**

De acordo com o Art. 5º, XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. Nos termos da Lei nº 12.527/2011, que regulamenta o acesso a informações, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Lei de Acesso à Informação deve ser aplicada somente pela administração direta e indireta da União; portanto, não deve ser aplicada no âmbito municipal que, obrigatoriamente, disciplinará o assunto.
- II. O acesso a informações públicas será assegurado mediante criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para: atender e orientar o público quanto ao acesso a informações; informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades; protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações; e, ainda, realizar audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou outras formas de divulgação.
- III. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada, sofrendo restrição de acesso pelos prazos máximos de vinte e cinco anos; quinze anos; e, cinco anos, respectivamente, podendo as informações relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem de agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem ter seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de cem anos.
- IV. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

**Está correto, nos termos da Lei de Acesso à Informação, o que se afirma apenas em**

- A) I e III.
- B) II e IV.
- C) III e IV.
- D) II, III e IV.

**Questão 20**

A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) apresenta normas sobre a Administração Pública. Nos termos do disposto na CRFB, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- ( ) Acerca de servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo: investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração; investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a mesma norma anteriormente citada, para o cargo de Prefeito.
- ( ) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical e o exercício do direito de greve nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- ( ) É vedada a acumulação do um cargo de professor com um cargo privativo de profissionais de saúde.
- ( ) Somente por lei específica serão criadas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

**A sequência está correta em**

- A) V, F, V, F.
- B) F, V, F, V.
- C) V, V, F, F.
- D) F, F, V, V.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**CONHECIMENTOS DO CARGO**

**Questão 21**

Sarita, ativista política, nacional do Estado www, após um forte embate com representantes do Legislativo, passou a ser perseguida politicamente e teve sua prisão decretada, além de sofrer inúmeras violações de direitos humanos. Com o apoio de alguns cidadãos locais, inconformados com a arbitrariedade estatal, Sarita conseguiu sair do Estado www com destino ao Brasil, onde solicitou às autoridades a concessão de asilo político. Nos termos da Constituição Federal,

- A) é proibida a extradição apenas de brasileiros, sejam natos ou naturalizados.
- B) se o Estado www solicitar a extradição de Sarita, caberá ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) processar e julgar a demanda.
- C) Sarita teria direito a asilo político, ainda que a perseguição que esteja sofrendo no Estado www seja legitimamente motivada pela prática de um crime comum.
- D) a República Federativa do Brasil, em suas relações internacionais, é favorável à concessão de asilo político, assegurando como um direito fundamental que nenhum estrangeiro será extraditado por crime político ou de opinião.

**Questão 22**

Sobre os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição de 1988, analise as afirmativas a seguir.

- I. Um partido político que elegeu um único Senador da República não possui representação no Congresso Nacional, pela ausência de representatividade na Câmara dos Deputados. Portanto, tal partido político não tem legitimidade para a impetração de mandado de segurança coletivo.
- II. Os cargos de carreira diplomática e de Ministros de Estado são privativos de brasileiros natos.
- III. É hipótese de perda dos direitos políticos a aquisição voluntária de outra nacionalidade.
- IV. Dentre as condições para que um partido político tenha acesso a recursos do fundo partidário está a eleição de pelo menos quinze deputados federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II, III e IV.
- B) II e IV, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I, II e III, apenas.

**Questão 23**

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal possuem comissões permanentes que, em regra, são comissões temáticas que subsistem às legislaturas, a exemplo da CCI (Comissão de Constituição e Justiça). Considerando as comissões instaladas no âmbito do Congresso Nacional, assinale a afirmativa correta.

- A) Compete às comissões discutir e votar projeto de lei quando dispensada a competência do Plenário.
- B) As comissões poderão convocar o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão, exceto de Ministros de Estado.
- C) De forma ordinária funcionará uma comissão representativa do Congresso Nacional, composta pela proporcionalidade da representação partidária, que será eleita a cada legislatura por suas respectivas Casas.
- D) Poderá ser instaurada comissão parlamentar de inquérito através do requerimento de um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado, que terão poderes amplos das autoridades judiciárias, inclusive para processar e julgar criminalmente os infratores.

**Questão 24**

Tendo em vista que as autarquias são consideradas, para efeitos processuais, como Fazenda Pública, assinale a afirmativa correta sobre as características processuais de tais entidades.

- A) É necessário o depósito prévio das custas processuais pelas autarquias, no início do processo.
- B) No que se refere às autarquias, o prazo prescricional, ou lapso de tempo para que um particular ajuíze uma ação contra as entidades autárquicas, é de cinco anos.
- C) O prazo para manifestações processuais das autarquias é diferenciado, sendo que para apresentação de contestação é contado em quádruplo, e para apresentação de recursos contado em dobro.
- D) Todas as causas que sejam julgadas desfavoráveis para as autarquias devem, sem exceções, antes da produção de efeitos jurídicos, ser confirmadas pelos órgãos superiores, devido à prerrogativa do duplo grau de jurisdição.

**Questão 25**

Berenice foi aprovada em concurso público para o cargo de analista de licitação de determinado órgão. Iniciado o exercício de suas atribuições, ela elaborou editais de licitação, bem como minutas de contratos, inclusive em procedimentos de contratação direta. Ocorre que, após um curto período, a Administração Pública identificou a ausência de certo requisito para a investidura de Berenice, ensejando, portanto, em sua anulação. Deste modo, diante da situação narrada, considerando que Berenice não agiu de má-fé, assinale a afirmativa correta.

- A) Os atos praticados por Berenice devem ser anulados, perdendo seus efeitos e retroagindo ao momento anterior à sua investidura.
- B) Berenice deverá devolver os valores recebidos no decorrer de sua ocupação no cargo, uma vez que foram pagos indevidamente pela Administração Pública, em função da interpretação equivocada.
- C) Em decorrência do princípio da segurança jurídica, os atos praticados por Berenice são considerados perfeitos, de modo que não perdem seus efeitos, ressalvado o aproveitamento por terceiro de má-fé.
- D) A Administração Pública pode invocar o princípio da irretroatividade como forma de não arcar com as obrigações salariais decorrentes dos serviços prestados por Berenice enquanto investida no cargo.

**Questão 26**

Os poderes administrativos são meios pelos quais a Administração Pública visa alcançar seus objetivos, como a garantia da integridade da coletividade, fazendo-se necessária a existência de prerrogativas e sujeições. Dentre os poderes administrativos encontra-se o hierárquico, cujo fundamento está na necessidade de organização que os órgãos e entidades possuem. Em decorrência deste poder

- A) um órgão administrativo não poderá delegar sua competência, ou parte dela, a outros órgãos, caso eles lhe sejam hierarquicamente subordinados.
- B) no âmbito federal, a delegação poderá ocorrer na hipótese de edição de atos de caráter normativo e na decisão de recursos administrativos.
- C) existe hierarquia entre entidades da administração indireta e as integrantes da administração direta, uma vez que a subordinação está presente entre pessoas jurídicas, ainda que distintas.
- D) é possível a revisão, pela autoridade superior, dos atos praticados pelos seus subordinados, podendo manter o ato inicialmente praticado, revogá-lo, anulá-lo ou convalidá-lo, havendo a possibilidade, nos dois últimos casos, de serem declarados de ofício.

**Questão 27**

**As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) são entidades privadas, sem fins lucrativos, que desenvolvem atividades de interesse do Estado. Assinale a afirmativa correta sobre qualificação de tais entidades.**

- A) Uma mesma entidade pode ser qualificada, simultaneamente, como organização social e como OSCIP, caso reúna os requisitos necessários para as duas qualificações.
- B) A celebração de contrato de gestão de uma entidade com a administração direta é ato vinculado do Poder Público; a qualificação como OSCIP trata-se de um ato discricionário.
- C) Para a qualificação como OSCIP, inicialmente, a entidade sem fins lucrativos celebra contrato de gestão com a administração direta, passando com a celebração a ser qualificada como tal.
- D) A simples qualificação não confere à entidade o direito de receber incentivos do Poder Público, devendo as OSCIPS, posteriormente, firmar termo de parceria com a Administração Pública, passando, a partir de então, a contar com incentivos públicos.

**Questão 28**

**Considerando os atributos dos atos administrativos, analise as afirmativas a seguir.**

- I. A imperatividade é atributo presente na maioria dos atos administrativos, como nos atos enunciativos e negociais.
- II. A presunção de legalidade é inerente a todo ato administrativo, e autoriza sua imediata execução, mesmo que eivado de vícios.
- III. A autoexecutoriedade permite que a Administração Pública realize a execução material dos atos administrativos, usando da força física se preciso for, para desconstruir situação violadora da ordem jurídica, como no caso de interdição de estabelecimento comercial irregular.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

**Questão 29**

**O ato administrativo é praticado, produz seus efeitos e desaparece. A extinção do ato administrativo pelo cumprimento integral de seus efeitos pode ser verificada em:**

- A) Exoneração de cargo a pedido do ocupante.
- B) Promoção de servidor extinta com o seu falecimento.
- C) Cassação de habilitação em caso de cegueira do condutor.
- D) Edital de licitação de compra de vacinas após a vacinação realizada.

**Questão 30**

**Sobre o parecer, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) Tem natureza jurídica de ato administrativo enunciativo.
- B) É simples ato da administração, devido à ausência de caráter prescritivo-normativo.
- C) Se for indicado na fundamentação da decisão, passará a integrá-la, correspondendo à própria motivação do ato.
- D) Havendo demonstração de má-fé, é possível responsabilizar o agente parecerista pelo conteúdo de seu parecer, ainda que de natureza meramente opinativa.

**Questão 31**

**Sobre os bens públicos, assinale a afirmativa correta.**

- A) O meio ambiente é constitucionalmente considerado um bem dominical.
- B) Os bens de uso comum não admitem sua utilização remunerada, como é aceito em se tratando de bens de uso especial.
- C) Os bens de uso comum do povo não podem ser alienados salvo se passarem pelo processo de desafetação, tornando-se bens dominicais.
- D) Os cemitérios públicos são considerados bens de uso comum e, enquanto mantiverem essa qualidade, compõem o patrimônio público indisponível.

**Questão 32**

**Considerando o disposto pela Lei Federal nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.**

- I. A alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios.
- II. O processo licitatório tem por objetivo assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.
- III. Os atos praticados no processo licitatório são públicos, ressalvadas as hipóteses de informações, cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- IV. No estudo técnico preliminar para contratação de obras de engenharia, a especificação do objeto deverá ser realizada através de termo de referência ou projeto básico, sendo dispensada a elaboração de projetos.

**Está correto o que se afirma apenas em**

- A) I, II e III.
- B) I, II e IV.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.

**Questão 33**

**O processo de licitação deverá observar uma sequência de fases preestabelecidas pela legislação. A Nova Lei de Licitações promoveu alterações à Lei nº 8.666/1993, fazendo com que a sequência de fases fosse muito similar àquela prevista pela Lei do Pregão. No que se refere às fases da licitação, de acordo com a Nova Lei de Licitações é correto o que se afirma em, EXCETO:**

- A) A fase de julgamento é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual.
- B) A habilitação poderá em algumas situações anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, quando for o caso, e de julgamento.
- C) Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, é dispensável que o preço estimado conste do edital da licitação.
- D) Na hipótese excepcional de licitação sob a forma presencial, a gravação da sessão pública de apresentação de propostas será juntada aos autos do processo licitatório.

**Questão 34**

A Lei nº 9.784/1999 “estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração”. Considerando o disposto na citada Lei, assinale a afirmativa correta.

- A) O administrado tem direito de proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé perante a Administração.
- B) A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos legalmente admitidos.
- C) Um órgão administrativo poderá delegar sua competência a outros órgãos, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente.
- D) Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente deverá abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido.

**Questão 35**

Lei municipal, dispondo sobre o cálculo do limite da despesa total com pessoal para o exercício financeiro, previu que os contratos da Administração Pública celebrados com empresas de vigilância não deveriam ser classificados na forma da Lei Complementar nº 101/2000, como “Outras Despesas de Pessoal”, de modo a deixar de considerar os vigilantes como mão de obra terceirizada, fazendo com que o valor gasto com os prestadores desse serviço estivesse fora do teto de gastos com despesas de pessoal. A intenção apresentada pelo legislador municipal foi de suplementar e especificar previsão constante da Lei Federal nº 101/2000. A previsão contida na norma municipal

- A) viola o ordenamento jurídico por transgredir a competência da União para estabelecer normas gerais sobre direito financeiro e orçamentário.
- B) está de acordo com o ordenamento jurídico, pois a matéria é de competência legislativa concorrente entre União, Estados, DF e Municípios.
- C) viola o ordenamento jurídico, pois é vedado aos municípios legislar sobre orçamento público, sendo o ente incompetente para suplementar a legislação federal.
- D) está de acordo com o ordenamento jurídico, pois, ao tratar do cálculo do limite da despesa total com pessoal para o exercício financeiro, zela pela observância do princípio do equilíbrio fiscal.

**Questão 36**

A elaboração de normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos é um importante mecanismo para a alocação eficiente dos recursos pela Administração. Trata-se do diploma legal responsável por dispor sobre tal controle e avaliação:

- A) Plano Plurianual.
- B) Lei Orçamentária Anual.
- C) Lei de Responsabilidade Fiscal.
- D) Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Questão 37**

Em 2022, determinada lei municipal autorizou a concessão de isenção no pagamento de IPTU daquele ano para entidades que atuam no setor da cultura instaladas naquela localidade. Para que a concessão do benefício esteja de acordo com o previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal,

- A) é vedado que ocorra renúncia de receita.
- B) deverão ser adotadas medidas de compensação, por meio do aumento de investimentos, provenientes da majoração de tarifas.
- C) é necessário estimar o impacto orçamentário-financeiro da medida no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes.
- D) é preciso demonstrar que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária ou que não afetará as metas de resultados fiscais previstas.

**Questão 38**

Com fulcro na Resolução nº 12/2008 (e suas atualizações) do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, analise as afirmativas a seguir.

- I. Em caso de comprovada urgência, as medidas cautelares poderão ser determinadas por decisão monocrática, devendo ser submetidas à ratificação do Tribunal, pelo Relator ou, na hipótese de sua ausência, pelo presidente do respectivo colegiado, na primeira sessão subsequente, sob pena de perder eficácia.
- II. As decisões do Tribunal poderão ser interlocutórias, definitivas ou terminativas. Interlocutória é a decisão pela qual o Relator ou o Tribunal decide questão incidental, antes de pronunciar-se quanto ao mérito. Um exemplo desse tipo de decisão é a sustação de ato ou de procedimento, até que se decida sobre o mérito da questão suscitada.
- III. A fim de garantir o ressarcimento dos danos em apuração nos processos em trâmite, pode o Tribunal Pleno determinar, em caráter permanente, a indisponibilidade de bens de agentes públicos, em quantidade não superior aos valores apurados.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

**Questão 39**

A Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), estabelece as regras e diretrizes para o acesso dos cidadãos às informações públicas, visando promover a transparência e o controle social. Diante disso, assinale a afirmativa que está em **DESACORDO** com as prescrições do referido diploma.

- A) Define quatro qualidades da informação, quais sejam: disponibilidade; autenticidade; integridade; e, primariedade.
- B) Define algumas exceções ao acesso à informação, como aquelas que possam colocar em risco a segurança do Estado e a privacidade das pessoas.
- C) Estabelece que toda pessoa física ou jurídica tem o direito de solicitar informações aos órgãos públicos, sejam eles do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário, bem como às entidades privadas sem fins lucrativos que recebem recursos públicos.
- D) Determina que o acesso à informação de natureza pública dependerá de prévio requerimento do interessado, o qual deve estar assistido por advogado, além de arcar com todas as custas cabíveis. É imprescindível que conste no pedido a motivação fundamentada da solicitação.

**Questão 40**

Sobre a vigência das leis no Brasil, salvo disposição em contrário, a lei começa a vigorar em todo o país quanto tempo depois de oficialmente publicada?

- A) Entra imediatamente, assim que publicada.
- B) Trinta dias.
- C) Quarenta e cinco dias.
- D) Noventa dias.

**Questão 41**

Um contrato para a prestação de serviço médico, relativo ao tratamento de uma enfermidade pulmonar, poderá ser classificado como uma obrigação

- A) de fim, posto que o sujeito da obrigação se compromete a atingir um resultado específico.
- B) de risco, posto que o sujeito a quem a obrigação se direciona assume todos os riscos relativos à obrigação, sem nenhuma segurança sobre o resultado.
- C) aleatória, posto que o sujeito da obrigação não tem como saber os resultados que poderiam decorrer advindos da obrigação, não tendo como prever qualquer coisa ou resultado.
- D) de meio, posto que o sujeito da obrigação utiliza dos seus conhecimentos e técnicas para tentar alcançar o resultado almejado. Entretanto, sem prometer atingir um resultado específico.

**Questão 42**

Um dos princípios contratuais mais importantes e reconhecidos do direito dos contratos é aquele conhecido por *pacta sunt servanda*. Este princípio significa que

- A) os contratos devem ter boa-fé.
- B) os contratos devem ser cumpridos.
- C) a vontade de contratar deve ser livre.
- D) os contratos devem ser equilibrados entre as partes.

**Questão 43**

Simone estava dentro de um ônibus de transporte público municipal, serviço prestado por uma empresa privada, mediante licitação, na cidade de Pouso Alegre. No meio do trajeto, um veículo dirigido por Dalton, inabilitado, não obedeceu a uma placa de “pare” e colidiu com o ônibus onde estava Simone, fazendo com que ela caísse no chão e quebrasse o braço. Por consequência do acidente, Simone teve diversos prejuízos materiais com o seu tratamento e afastamento do trabalho. Sobre a responsabilidade civil relativa ao acidente, assinale a afirmativa correta.

- A) Quem responde objetivamente pelo transporte público é, no caso, o município. A empresa prestadora do serviço de transporte público apenas será responsabilizada, caso tenha culpa no acidente.
- B) As empresas de ônibus, na qualidade de prestadoras de serviço público, respondem subjetivamente pelos danos causados durante a prestação do serviço. Logo, Dalton é quem deve indenizar Simone por seus prejuízos.
- C) As empresas de ônibus, na qualidade de prestadoras de serviço público, respondem objetivamente pelos danos causados durante a prestação do serviço. Logo, a empresa prestadora do serviço deve indenizar Simone por seus prejuízos.
- D) As empresas de ônibus, na qualidade de prestadoras de serviço público, respondem com responsabilidade *sui generis* pelos danos causados durante a prestação do serviço. Logo, Dalton é quem deve indenizar Simone por seus prejuízos. Porém, na hipótese dele não ter condições de indenizar, quem deve ressarcir é a empresa.

**Questão 44**

Sobre o pagamento e a mora, assinale a afirmativa correta.

- A) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, sub-roga-se nos direitos do credor.
- B) O devedor de obrigação litigiosa exonerar-se-á mediante consignação ou se pagar a qualquer dos pretendidos credores, ainda que tendo conhecimento do litígio.
- C) Considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento e o credor que não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer.
- D) O devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, embora essa impossibilidade resulte de caso fortuito ou de força maior, se eles ocorrerem durante o atraso, em qualquer circunstância.

**Questão 45**

A Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) preconiza que a instauração e o julgamento do processo administrativo para investigação da responsabilidade de pessoa jurídica é de responsabilidade da autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública, que poderá agir de ofício ou mediante provocação, respeitando sempre o contraditório e a ampla defesa. Considerando a Lei em comento, analise as afirmativas a seguir.

- I. Poderá ser celebrado o acordo de leniência se, cumulativamente, a pessoa jurídica responsabilizada for a primeira a se manifestar sobre seu interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito; cessar completamente o seu envolvimento na infração investigada a partir da data de propositura do acordo; admitir sua participação no ilícito; cooperar plena e permanentemente com as investigações e o processo administrativo.
- II. Poderá o Ministério Público ajuizar ação com vistas à aplicação da sanção de dissolução compulsória da pessoa jurídica, bem como a suspensão ou interdição parcial de suas atividades.
- III. É permitido expressamente na Lei Anticorrupção a possibilidade legal da subdelegação de competência para a instauração do processo administrativo de investigação de responsabilidade.
- IV. Mesmo sendo celebrado o acordo de leniência, a pessoa jurídica poderá ser processada judicialmente e sofrer as sanções referentes ao perdimento de bens.

**Está correto o que se afirma apenas em**

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) I, II e IV.

**ATENÇÃO**



**NÃO É PERMITIDA** a anotação das respostas da prova em **NENHUM MEIO**.  
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser **ELIMINADO** do processo.

**PROVA DISCURSIVA**

**ORIENTAÇÕES GERAIS**

- A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório; é constituída de 2 (duas) questões teóricas e/ou estudos de casos versando sobre temas relacionados aos conhecimentos específicos do respectivo cargo. Será avaliada na escala de 0 (zero) a 15 (quinze) pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas. A Prova Discursiva terá extensão mínima de 5 (cinco) linhas e máxima de 15 (quinze) linhas para cada questão teórica e/ou estudo de caso. Será atribuída nota 0 (zero) ao texto que contiver número de linhas inferior aos limites mínimos estabelecidos.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido, sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.
- Serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

<b>CRITÉRIOS</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>
<b>(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS</b>	<b>10 pontos</b>
<b>ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO:</b>	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
<b>(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS</b>	<b>5 pontos</b>
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
<b>OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:</b>	
1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,25 ponto, até o limite de 5 pontos.	
2. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
3. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

**Questão 01**

Considere que o Presidente da Câmara municipal de Pouso Alegre pretende construir uma nova sede para o Legislativo Municipal, a fim de ampliar o espaço e melhor atender aos munícipes. Para tanto, ele determina que o Analista de Licitação elabore Edital em conformidade com a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133/2021, a fim de contratar empresa especializada para elaboração de projeto básico e execução da obra de construção do novo prédio. Estudos preliminares apontam que o custo total estimado do empreendimento é de R\$ 1.233.854,66.

**Tendo em vista a situação hipotética e, ainda, com base na Lei nº 14.133/2021, aponte qual é a modalidade aplicável à contratação pretendida – se Pregão, Tomada de Preços ou Concorrência, justificando a sua resposta.**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

**Questão 02**

A Lei nº 14.133/2021 determina que nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários destinados a suportar as despesas contratadas. Mesmo com planejamento adequado, podem ocorrer situações em que é necessário adequar os créditos orçamentários para viabilizar determinadas contratações.

**Neste contexto, o gestor dispõe de ferramentas de alteração da Lei Orçamentária Anual: os créditos adicionais. Sendo assim, discorra sobre as três modalidades de créditos adicionais previstos na Lei nº 4.320/1964.**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	





## INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível médio; e, 45 (quarenta e cinco) questões de múltipla escolha para os cargos de nível superior, bem como para o cargo de Procurador. Serão aplicadas Provas Discursivas para todos os cargos, sendo 1 (uma) redação para o cargo de nível médio; 2 (duas) questões teóricas e/ou estudos de casos para os cargos de nível superior (exceto Procurador); e, 1 (um) parecer jurídico para o cargo de Procurador.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos ou o material incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. A prova terá duração de 4h30min (quatro horas e trinta minutos) para todos os cargos. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e para a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) devidamente assinados em local indicado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
10. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 60 (sessenta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato somente poderá retirar-se do local de provas a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar consigo o caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum deles insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

## RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br), a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br).
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer os dados relativos à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br), no *link* correspondente ao Concurso Público.